



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2017

Senhores Acionistas, A Companhia Paulista de Securitização ("CPSEC" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo, e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009 ("Lei Autorizativa" ou "Lei nº 13.723/2009"). Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. As Demonstrações Financeiras apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures realizadas nos anos de 2012, 2014 e 2015, com lastro nos direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, e do Programa Especial de Parcelamento - PEP. **1ª Estruturação:** Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, direitos creditórios originários do PPI no montante de R\$ 2.079.840.969 (base em 1º de março de 2012). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 926.088.398 foi realizada com capital próprio e com recursos captados por meio da integralização da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real ("1ª Emissão"), distribuídas com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução 476/2009, o restante da integralização se deu com a subscrição pelo Estado de São Paulo da 1ª Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações ("Debêntures Subordinadas"), no valor de R\$ 1.153.752.571. A estruturação foi amparada em instrumentos jurídicos e uma série de procedimentos e processos implementados pela Companhia, pelo Estado de São Paulo, e por terceiros, visando garantir a prioridade dos pagamentos devidos aos detentores da 1ª Emissão de debêntures com os recursos advindos dos direitos creditórios do PPI, e em seguida, com o excedente dos recursos recebidos a amortização das Debêntures Subordinadas. A 1ª Emissão contou com garantia real representada pela cessão fiduciária

dos direitos creditórios do PPI e das contas correntes e de investimentos onde transitavam os fluxos financeiros relacionados à 1ª Estruturação, os quais estavam sob a gestão e movimentação do agente fiduciário da 1ª Emissão, que incluía um fundo de amortização em montante igual ao somatório das 3 (três) próximas parcelas de pagamento da 1ª Emissão. Por ocasião da 2ª Estruturação, foi constituída garantia real adicional representada pela cessão fiduciária da conta corrente em que a Companhia recebe o fluxo financeiro dos direitos creditórios do PEP; adquiridos do Estado de São Paulo em 28 de novembro de 2014. Conforme previsto no cronograma de amortização, em 29 de fevereiro de 2016, a Companhia promoveu o resgate integral das Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real - 1ª Emissão, por meio do pagamento da última parcela de juros e amortização. Em 31 de outubro de 2016, a Companhia promoveu o resgate total das Debêntures Subordinadas, subscritas pelo Estado de São Paulo, mediante as amortizações financeiras antecipadas e as dações em pagamento de direitos creditórios de PPI rompidos. Em 31 de dezembro de 2017, os direitos creditórios ativos do PPI somavam R\$ 52.610.603, cuja arrecadação será direcionada prioritariamente à amortização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão. **2ª Estruturação:** Em dezembro de 2014, por meio da Celebração de Contrato de Cessão, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do Programa Especial de Parcelamento "PEP" no montante de R\$ 5.903.621.843 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 809.009.878 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). A 2ª Emissão conta com garantia adicional real representada pela cessão fiduciária da conta corrente para a qual o excedente dos fluxos financeiros do PEP é direcionado após o pagamento da 3ª Emissão, e de um fundo de amortização em montante igual a 1,8 vezes o valor estimado da próxima parcela de pagamento de remuneração e amortização da 1ª Série da 2ª Emissão, observado ainda que o pagamento da 2ª Série da 2ª Emissão é realizado com os recursos que excederem o pagamento da 1ª Série da 2ª Emissão. Após a subscrição das debêntures da 2ª Estruturação a amortização das Debêntures Subordinadas passou a depender do cumprimento de todas as obrigações previstas nas escrituras

da 3ª Emissão e da 1ª Série da 2ª Emissão. A 1ª Série da 2ª Emissão manteve a nota de rating "brBB", no Relatório de Monitoramento divulgado pela Standard & Poors, em 23 de fevereiro de 2018. Ainda em relação à 2ª Estruturação, em 18 de maio de 2015, a Companhia promoveu a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R\$ 740.000.000, na data de emissão. Em virtude do cumprimento de todas as etapas, formalidades e condições exigidas nos documentos da operação, assim como em razão da efetiva liquidação da 3ª Emissão ter sido realizada somente em 8 de julho de 2015, os registros contábeis relacionados a estas debêntures foram efetuados nas demonstrações financeiras da Companhia do 3º trimestre de 2015. Convém informar, ainda, que dos recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão, o valor de R\$ 750.000.000 foi direcionado para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão, conforme programado na 2ª Estruturação. A garantia real da 3ª Emissão é representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PEP e dos fluxos excedentes verificados nas contas correntes onde transitam os fluxos financeiros relacionados à 1ª Estruturação, bem como, de um fundo de amortização em montante equivalente às 4,5 próximas parcelas de pagamento de remuneração e amortização. A 3ª Emissão manteve a nota de rating "brAA-", no Relatório de Monitoramento divulgado pela Standard & Poors, em 23 de fevereiro de 2018. **Desempenho:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 68.295.168, conforme destacado nas notas explicativas, sendo que deste resultado, R\$ 35.317.116 são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros (mensuração inicial), mantidos com Partes Relacionadas. A Administração propôs o crédito aos acionistas dos juros sobre o capital próprio, imputado ao dividendo obrigatório, no valor de R\$ 10.659.166, o qual será efetivamente pago após a deliberação em Assembleia Geral, cuja reunião realizar-se-á em 27 de abril de 2018. O valor remanescente de R\$ 8.139.602, dos juros sobre o capital próprio provisionado, foi reclassificado para a rubrica Reserva Especial, no Patrimônio Líquido, cuja proposta da Administração será a destinação para futuro aumento do capital social da Companhia. As Demonstrações Financeiras serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante desta demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em R\$ (reais) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais - R\$)

ATIVO	Notas Explicativas			PASSIVO	Notas Explicativas		
	2017	2016			2017	2016	
CIRCULANTE	634.180.783	922.997.908		CIRCULANTE	181.120.488	421.399.956	
Caixa e Equivalente de Caixa	4 114.128.824	159.555.650		Obrigações Sociais e Trabalhistas	125.796	148.252	
Banco	1.040.700	31.624		Obrigações Sociais	53.124	81.948	
Aplicações financeiras	113.088.124	159.524.026		Obrigações Trabalhistas	72.672	66.304	
Contas a Receber	5 e 9 510.059.828	747.252.864		Fornecedores	53.405	47.561	
Direitos Creditórios a Receber - PPI	49.667.786	199.078.243		Fornecedores	27.467	22.501	
Ajuste a Valor Justo	(12.664.163)	(49.928.018)		Provisões para Pagamentos e Efetuar	25.938	25.060	
Direitos Creditórios a Receber - PEP	478.867.772	607.890.029		Obrigações Fiscais	560.564	3.419.487	
Ajuste a Valor Justo - PEP	(5.811.567)	(9.787.390)		Obrigações Fiscais Federais	560.564	3.419.487	
Tributos a Recuperar	6 9.963.412	16.172.918		Debêntures	7 165.779.562	414.012.143	
Tributos Correntes a Recuperar	9.963.412	16.172.918		Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão	-	-	
Adiantamento a funcionários	7.219	-		(-) Custo de Emissão de Debêntures - 1ª emissão	-	-	
Adiantamento de salários e ordenados	7.219	-		Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão	39.278.163	202.573.827	
Outros Ativos Circulantes	21.500	16.476		(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino	(757.458)	(2.915.338)	
Despesas Antecipadas	21.500	16.476		Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	127.358.563	214.505.541	
NÃO CIRCULANTE	1.278.974.434	2.276.301.926		(-) Custo de Emissão de Debêntures - 3ª emissão	(99.706)	(151.887)	
Tributos Diferidos	9 4.684.145	21.659.671		Outras Obrigações	14.601.161	3.772.513	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.684.145	21.659.671		Dividendo Mínimo Obrigatório	-	-	
Contas a Receber	5 e 9 1.274.281.308	2.254.631.877		Valores Transitórios a Pagar	8 3.739.493	3.392.433	
Direitos Creditórios a Receber - PPI	2.942.817	43.488.244		Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	202.502	282.127	
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	9.401.698	9.718.366		Comissões a Pagar	-	-	
Ajuste a Valor Justo	(1.112.734)	(13.776.896)		Juros a pagar s/Capital Próprio	10.659.166	97.953	
Direitos Creditórios a Receber - PEP	1.015.829.834	1.501.668.551		NÃO CIRCULANTE	7 e 9 1.396.937.521	2.500.986.723	
Direitos Creditórios - PEP Rompidos	243.891.335	715.671.329		Debêntures	1.396.937.521	2.500.986.723	
Ajuste a Valor Justo - PEP	3.328.358	(2.137.717)		Debêntures Subordinadas 1ª emissão	-	-	
ATIVO PERMANENTE	8.981	10.378		Ajuste a Valor Justo - 1ª emissão	-	-	
Imobilizado	8.981	10.378		Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão	163.048.497	167.158.926	
Bens Móveis	11.335	11.335		(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino	(1.660.816)	(1.589.951)	
Outras Imobilizações	14.510	14.510		Debêntures - 2ª Série da 2ª Emissão	1.115.963.009	2.096.677.410	
(-) Depreciação Acumulada	(16.864)	(15.467)		Ajuste a Valor Justo - 2ª emissão	(11.410.281)	(18.487.555)	
				Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	131.057.658	257.388.145	
				(-) Custo de Emissão de Debêntures - 3ª emissão	(60.546)	(160.252)	
				Patrimônio Líquido	9 e 10 335.097.208	276.913.155	
				Capital Integralizado	335.000.000	335.000.000	
				Reserva Legal	3.054.457	810.422	
				Reserva Especial	8.139.602	-	
				Lucros/(Prejuízos Acumulados)	(10.931.171)	(23.414.471)	
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	(165.680)	(35.482.796)	
TOTAL DO ATIVO	1.913.155.217	3.199.299.834		TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.913.155.217	3.199.299.834	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais - R\$)

	Notas Explicativas		
	2017	2016	
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	5 e 16 371.552.423	693.062.158	
Receita Atualização PPI - Selic	62.788.709	147.920.826	
Receita Atualização PEP	308.763.714	545.141.332	
CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	7 e 16 (293.986.352)	(706.209.806)	
Juros Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão	-	(627.292)	
Juros Debêntures Subordinadas - 1ª emissão	-	(101.829.053)	
Juros Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão	(35.252.254)	(83.658.714)	
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão	(211.207.840)	(425.628.128)	
Juros Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	(44.149.248)	(92.573.439)	
PIS Não Cumulativo	(573.370)	(337.702)	
COFINS Não Cumulativo	(2.803.640)	(1.555.478)	
RESULTADO BRUTO	77.566.071	(13.147.648)	
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(3.026.519)	(1.927.418)	
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(2.893.526)	(3.242.550)	
Despesas com Salários	11 (1.325.684)	(1.506.917)	
Encargos Sociais e Obrigações	11 (636.134)	(702.077)	
Serviços Técnicos Especializados	12 (732.473)	(859.637)	
Anúncios e Publicações	12 (190.595)	(149.223)	
Despesas Legais e Societárias	12 (8.640)	(24.696)	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	12 (132.993)	1.315.132	
Outras Receitas Operacionais	-	3.012.231	
Outras Despesas Operacionais	(132.993)	(1.697.099)	
RESULTADO FINANCEIRO	4 e 13 (3.617.519)	23.803.965	
Receitas Financeiras	15.535.121	24.536.376	
Juros sobre o capital próprio	10 (18.798.768)	(97.953)	
Despesas Financeiras	(353.872)	(634.458)	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E REVERSÕES	70.922.033	8.728.899	
APURAÇÃO DE IMPOSTOS	9 e 14 (21.425.633)	(5.814.168)	
Imposto de Renda	(3.265.784)	(10.285)	
Contribuição Social sobre o Lucro	(1.184.322)	(6.171)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(16.975.527)	(5.797.712)	
RESULTADO ANTES REVERSÕES	49.496.400	2.914.731	
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	10 18.798.768	97.953	
LUCRO DO EXERCÍCIO	1 e 10 68.295.168	3.012.684	
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO)	19 20.38662	0,89931	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais - R\$)

	Notas Explicativas		
	2017	2016	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	68.295.168	3.012.684	
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	68.295.168	3.012.684	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA			
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais - R\$)			
	2017	2016	
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	68.295.168	3.012.684	
Depreciação	1.396	2.191	
Crédito de PIS e COFINS	2.983.394	(3.012.232)	
Ajuste a Valor Justo	(52.292.643)	(9.430.071)	
IRPJ e CSLL Diferidos	16.975.527	5.797.712	
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	35.962.842	(3.629.716)	
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS			
Direitos Creditórios a Receber - PPI	189.955.884	272.661.666	
Direitos Creditórios a Receber - PEP	614.860.974	1.027.777.868	
Direitos Creditórios PEP Rompidos	(321.873.399)	(816.986.673)	
Direitos Creditórios PPI Rompidos	316.668	(67.614.435)	
Tributos a recuperar	3.700.718	(5.810.627)	
Adiantamentos a Terceiros	(7.219)	-	
Despesas Antecipadas	(5.024)	868	
Debêntures - 1ª emissão	-	(134.889.299)	
Debêntures - 2ª emissão	(352.380.085)	(32.901.207)	
Debêntures - 3ª emissão	(213.325.579)	(219.279.428)	
Fornecedores	4.967	(2.021)	
Contas a Pagar	(2.886.680)	3.436.460	
Outras Obrigações	347.060	(3.735.513)	
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS	(81.291.715)	22.657.659	
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(45.328.873)	19.027.943	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de Dividendos	-	(3.716.189)	
Juros sobre o Capital Próprio	(97.953)	-	
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(97.953)	(3.716.189)	
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(45.426.826)	15.311.754	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	159.555.650	144.243.897	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	114.128.824	159.555.650	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

Continuação		COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC		DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais - R\$)	
	2017	2016		2017	2016
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	371.552.423	696.074.389	RETENÇÕES	(1.396)	(2.191)
Receita Atualização PPI - SELIC	62.788.709	147.920.826	Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.396)	(2.191)
Outras Receitas Operacionais	-	3.012.231	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	79.947.246	(9.449.882)
Receita Atualização PEP	308.763.714	545.141.332	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	15.181.249	23.901.918
DESPESAS E INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(291.603.781)	(705.522.080)	Receitas Financeiras	15.535.121	24.536.376
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(994.439)	(1.205.453)	Despesas Financeiras	(353.872)	(634.458)
Juros de Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão	-	(627.292)	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	95.128.495	14.452.036
Juros de Debêntures Subordinadas - 1ª emissão	-	(101.829.054)	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	95.128.495	14.452.036
Juros Debêntures Mezanino - 1ª série da 2ª emissão	(35.252.254)	(83.658.714)	Pessoal	1.520.482	1.708.138
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão	(211.207.840)	(425.628.128)	FGTS	88.421	109.244
Juros de Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	(44.149.248)	(92.573.439)	Impostos, Taxas e Contribuições	25.224.424	9.621.970
VALOR ADICIONADO BRUTO	79.948.642	(9.447.691)	Remuneração de Capitais Próprios	68.295.168	3.012.684
			Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	10.659.166	97.953
			Lucros Retidos	57.636.002	2.914.731

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais - R\$)		Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Prejuízos acumulados		Total	
	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reserva Legal	Reserva Especial					
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017		335.000.000	810.422	-	(35.482.796)	(23.414.471)	276.913.155		
Ajuste exercício anterior						548.051	548.051		
Lucro Líquido do Exercício						68.295.168	68.295.168		
Reserva Legal	10		2.244.035			(2.244.035)			
Reserva Especial	10			8.139.602		(8.139.602)			
Juros sobre Capital Próprio						(10.659.166)	(10.659.166)		
SUBTOTAL		335.000.000	3.054.457	8.139.602	(35.482.796)	24.385.945	335.097.208		
Destinação da parcela do ajuste de avaliação patrimonial realizado no exercício	9				35.317.116	(35.317.116)			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		335.000.000	3.054.457	8.139.602	(165.680)	(10.931.171)	335.097.208		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2016		335.000.000	810.422	2.787.142	(39.115.155)	(22.696.563)	276.785.846		
Ajuste exercício anterior						(280)	(280)		
Lucro Líquido do Exercício						3.012.684	3.012.684		
Dividendos Pagos	10			(2.787.142)			(2.787.142)		
Juros sobre Capital Próprio						(97.953)	(97.953)		
SUBTOTAL		335.000.000	810.422	-	(39.115.155)	(19.782.112)	276.913.155		
Destinação da parcela do ajuste de avaliação patrimonial realizado no exercício	9				3.632.359	(3.632.359)			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		335.000.000	810.422	-	(35.482.796)	(23.414.471)	276.913.155		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em Reais - R\$)

1. Contexto Operacional: A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC") é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009. Vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução nº 480/09, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. As Demonstrações Financeiras apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures nos anos de 2012, 2014 e 2015, com lastro nos direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI ("PPI") e do Programa Especial de Parcelamento - PEP ("PEP"). **1ª Estruturação:** Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, direitos creditórios originários do PPI no montante de R\$ 2.079.840.969 (base em 1º de março de 2012). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 926.088.398 foi realizada com capital próprio e com recursos captados por meio da integralização da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real ("1ª Emissão"), distribuídas com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução 476/2009, o restante da integralização se deu com a subscrição pelo Estado de São Paulo da 1ª Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações ("Debêntures Subordinadas"), no valor de R\$ 1.153.752.571. A estruturação foi amparada em instrumentos jurídicos e uma série de procedimentos e processos implementados pela Companhia, pelo Estado de São Paulo, e por terceiros, visando garantir a prioridade dos pagamentos devidos aos detentores da 1ª Emissão de debêntures com os recursos advindos dos direitos creditórios do PPI, e em seguida, com o excedente dos recursos recebidos a amortização das Debêntures Subordinadas. A 1ª Emissão conta com garantia real representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PPI e das contas correntes e de investimentos onde transitam os fluxos financeiros relacionados à 1ª Estruturação, os quais estão sob a gestão e movimentação do agente fiduciário da 1ª Emissão, que inclui um fundo de amortização em montante igual ao somatório das 3 (três) próximas parcelas de pagamento da 1ª Emissão. Por ocasião da 2ª Estruturação, foi constituída garantia real adicional representada pela cessão fiduciária da conta corrente em que a Companhia recebe o fluxo financeiro dos direitos creditórios do PEP adquiridos do Estado de São Paulo em 28 de novembro de 2014. Em conformidade com o cronograma de amortização, em 29 de fevereiro de 2016, a Companhia promoveu o resgate integral das Debêntures com Garantia Real - 1ª Emissão, com o pagamento da última parcela de juros e amortização. Em 31 de outubro de 2016, a Companhia promoveu o resgate total das Debêntures Subordinadas, inscritas pelo Estado de São Paulo, mediante as amortizações financeiras antecipadas e as doações em pagamento de direitos creditórios de PPI rompidos. Em 31 de dezembro de 2017, os direitos creditórios ativos vincendos do PPI somavam R\$ 52.610.603, cuja arrecadação será direcionada à amortização das Debêntures compreendidas na 2ª e 3ª Emissões. **2ª Estruturação:** Em dezembro de 2014, por meio da Celebração do Contrato de Cessão, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R\$ 5.903.621.843 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 809.009.878 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). A 2ª Emissão conta com garantia adicional real representada pela cessão fiduciária da conta corrente para a qual o excedente dos fluxos financeiros do PEP é direcionado após o pagamento da 3ª Emissão, e de um fundo de amortização em montante igual a 1,6 vezes o valor estimado da próxima parcela de pagamento de remuneração e amortização da 1ª Série da 2ª Emissão, observado ainda que o pagamento da 2ª Série da 2ª Emissão é realizado com os recursos que excederem o pagamento da 1ª Série da 2ª Emissão. À 1ª Série da 2ª Emissão obteve nota de rating "brBBB", atribuída pela Standard & Poors. Em 24 de fevereiro de 2017 houve a alteração do rating da Debênture 1ª Série da 2ª Emissão para "brBB", cuja nota foi mantida no último relatório de monitoramento, emitido em 23 de fevereiro de 2018. Ainda em relação à 2ª Estruturação, em 18 de maio de 2015, a Companhia promoveu a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R\$ 740.000.000, na data de emissão. Em virtude do cumprimento de todas as etapas, formalidades e condições exigidas nos documentos da operação, assim como em razão da efetiva liquidação da 3ª Emissão ter sido realizada somente em 8 de julho de 2015, os registros contábeis relacionados a estas debêntures foram efetuados nas demonstrações financeiras da Companhia do 3º trimestre de 2015. Convém informar, ainda, que dos recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão, o valor de R\$ 750.000.000 foi direcionado para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão, conforme programado na 2ª Estruturação. A garantia real da 3ª Emissão é representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PEP e dos fluxos verificados nas contas correntes onde transitam os fluxos financeiros relacionados à 1ª Estruturação, bem como, de um fundo de amortização em montante equivalente às 4 próximas parcelas de pagamento de remuneração e amortização. A 3ª Emissão manteve a nota de rating "brAA-", no último relatório de monitoramento da Standard & Poors, emitido em 23 de fevereiro de 2018. **Desempenho:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentou um lucro de R\$ 68.295.168 (R\$ 3.012.684, em 2016), sendo que deste resultado, R\$ 35.317.116 (R\$ 3.632.359, em 2016) são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros, mantidos com Partes Relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.

2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. a) Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu valor justo e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. c) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial, conforme detalhado na nota explicativa nº 9. **Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. **Aprovação das Demonstrações Financeiras:** A aprovação para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2018.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são: a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras em fundo de investimento resgatável a qualquer momento,

com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas a valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício. b) **Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. c) **Redução ao valor recuperável ("impairment"):** **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Caso ocorra tal evento nos ativos da carteira de empréstimos e recebíveis, tais ativos são imediatamente transferidos para a categoria de "rompidos" e, posteriormente, utilizados para a amortização extraordinária das debêntures subordinadas na forma de dação em pagamento, nos termos das escrituras e documentos das debêntures. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. d) **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. e) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. f) **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. O resultado inclui a apropriação do ajuste a valor justo dos direitos creditórios e das debêntures (Nota 9), apurados quando do reconhecimento inicial. g) **Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 no exercício para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. h) **Determinação do valor justo:** As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para estabelecer qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis. i) **Novas Normas - CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** A Comissão de Valores Mobiliários, através da Deliberação CVM nº 763, datada de 22 de dezembro de 2016, aprovou e tornou obrigatória a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 48, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que trata dos requerimentos para reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2018. Considerando que o citado CPC 48 adota uma nova abordagem para a classificação e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e contabilidade de *hedge*, em especial, a Companhia informa que a conclusão das análises preliminares voltadas à avaliação dos potenciais impactos da adoção desse CPC nas suas demonstrações financeiras não apontou para a ocorrência de impactos relevantes em seus ativos e passivos financeiros. Ressaltamos, ainda, que a Companhia não está exposta a instrumentos de *hedge*.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Bancos	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações Financeiras	1.040.700	31.624
Total	113.088.124	159.524.026
	114.128.824	159.555.650

As aplicações financeiras estão integralmente alocadas em cotas dos fundos de investimento BB CPSEC FIC RF LP, fundo exclusivo da CPSEC, resgatável a qualquer momento e crédito em conta no mesmo dia, que investe seus recursos no BB Top RF Conservador Fundo de Investimento de Renda Fixa Longo Prazo, cuja carteira é composta por títulos públicos federais e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. Ambos são custodiados e administrados pelo Banco do Brasil e as cotas são ajustadas diariamente pelo Administrador. As referidas aplicações financeiras atendem as condições e critérios estabelecidos no Pronunciamento Contábil - CPC 03, os quais se referem a conversibilidade imediata em caixa e sem riscos de alteração no valor financeiro resgatado. Importante destacar, ainda, que para fins de atendimento às condições contratuais previstas nas escrituras das debêntures emitidas a mercado, a totalidade dos recursos depositados nas contas vinculadas das respectivas operações, a porção relativa às aplicações financeiras mantidas pela Companhia tem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento, sem que sejam aplicadas quaisquer penalidades à Companhia, sendo certo sua conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com insignificante risco de mudança de valor, tendo como objetivo precípuo garantir tempestivamente os pagamentos aos debenturistas. O resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras foi registrado como "Receitas Financeiras", no montante de R\$ 15.535.121, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 24.536.376, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

5. Direitos Creditórios: Representados pelos valores dos Direitos Creditórios oriundos do PPI (Programa de Parcelamento de Incentivado do ICMS/SP) e do PEP (Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP). Os Direitos Creditórios do PPI têm condições de realização e atualização pela taxa Selic estabelecida em contrato. Já os Direitos Creditórios do PEP têm condições de realização e atualização pré-fixada, com percentual estabelecido em contrato, conforme o prazo de parcelamento escolhido pelo contribuinte. Dessa forma, tanto os Direitos Creditórios do PPI, quanto os Direitos Creditórios do PEP, caracterizam-se como recebíveis.

Continua

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

As segregações dos estoques de Direitos Creditórios do PPI e do PEP estão demonstradas abaixo, conforme o prazo de realização:

Carteira de Recebíveis - PPI		
	31/12/2017	31/12/2016
Classificação	Saldo devedor	Saldo devedor
Até 12 meses	49.667.786	199.078.243
Até 24 meses	2.428.647	40.783.317
Até 48 meses	380.337	2.397.924
Até 60 meses	133.833	179.655
Após 60 meses	-	127.348
Total	52.610.603	242.566.487
PPI rompido (1)	9.401.698	9.718.366
Ajuste a Valor Justo a realizar (2)	(13.776.897)	(63.704.914)
Total	48.235.404	188.579.939
Curto Prazo	49.667.786	199.078.243
Longo Prazo	2.942.817	43.488.244

(1) Referem-se aos direitos creditórios de PPI Rompidos, objeto de futura compensação com as debêntures da 2ª série da 2ª emissão, mediante a devolução destes recebíveis ao Estado de São Paulo. (2) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (Nota 9).

Carteira de Recebíveis - PEP		
	31/12/2017	31/12/2016
Classificação	Saldo devedor	Saldo devedor
Até 12 meses	478.867.772	607.890.029
Até 24 meses	283.414.973	406.385.588
Até 48 meses	424.460.678	548.004.144
Até 60 meses	173.624.229	214.035.951
Após 60 meses	134.329.954	333.242.868
Total	1.494.697.606	2.109.558.580
PEP rompido (3)	243.891.335	715.671.329
Ajuste a Valor Justo a realizar (4)	(2.483.209)	(11.925.107)
Total	1.736.105.732	2.813.304.802
Curto Prazo	478.867.772	607.890.029
Longo Prazo	1.015.829.834	1.501.668.551

(3) Referem-se aos direitos creditórios de PEP Rompidos, que serão futuramente compensados com as debêntures da 2ª série da 2ª emissão e devolvidos ao Estado de São Paulo, após a permanência mínima de 12 meses destes parcelamentos nesta situação. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia promoveu amortizações extraordinárias não financeiras das debêntures da 2ª série da 2ª emissão, mediante Dações em Pagamento de PEP Rompidos, no valor acumulado de R\$ 793.653.392. (4) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (Nota 9).

6. Outros Ativos Circulantes

	31/12/2017	31/12/2016
Tributos a compensar (a)	9.963.412	16.172.918
Adiantamento a funcionários	7.219	-
Despesas antecipadas	21.500	16.476
Total	9.992.131	16.189.394

(a) O total de tributos a compensar refere-se: R\$ 3.756.267 ao saldo negativo de IRPJ 2015, R\$ 255.497 ao saldo negativo de CSLL 2015, R\$ 28.838 ao saldo do PIS a recuperar não cumulativo, R\$ 5.501.987 ao saldo negativo de IRPJ 2016, R\$ 1.311 ao saldo do negativo de CSLL 2016 e R\$ 419.553 ao saldo negativo de IRPJ 2017.

7. Debêntures: Conforme menção na nota explicativa nº 1, a Companhia emitiu um total de 5.212.299 debêntures, compreendendo 5 colocações (tranches) distintas cujos detalhes e características estão demonstrados nos quadros abaixo:

Detalhamento/Características	Carteira de Debêntures	
	1ª Estruturação	2ª Estruturação
Garantia	Subordinada	Garantia Real
Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão
Distribuição	Privada	Pública
Série	Única	1ª Série
Oferta	ICVM 476	ICVM 476
Classificação de Risco (S&P)	brAA-	brBB
Fundo de Amortização	3 PMT	1,8 PMT
Data Emissão	30/11/2010	01/03/2012
Data Vencimento	28/02/2025	29/02/2016
Quantidade	10.479	1.200
Despesa Estruturação e Distribuição	-	5.197.305
Valor da Emissão	1.153.752.571	600.000.000
Prazo Amortização	171 meses	46 meses
Prazo Remanescente em 30.09.2017	Resgatada	Resgatada
Indexador utilizado	Selic Simples	100% DI
Spread	2,90% a.a.	2,60% a.a.
Taxa efetiva (*)	DI+3,33% a.a.	DI+3,11% a.a.
Periodicidade de indexação	mensal	diária

As Debêntures Subordinadas, com vencimento em 28 de fevereiro de 2025, foram resgatadas integralmente em 31 de outubro de 2016, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. As Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, com vencimento em 18 de julho de 2024, têm sua liquidação obrigatória somente em suas respectivas datas de vencimento, razão pela qual os seus saldos devedores estão classificados e registrados no passivo não circulante. No entanto, são realizadas amortizações financeiras antecipadas nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, com a disponibilidade mensal de caixa da Emissora, derivada da arrecadação dos direitos creditórios do PPI e do PEP, líquida do pagamento das Debêntures que possuem garantia real e/ou prioridade no recebimento, em conformidade com os respectivos cronogramas de amortização. Conforme menção e valores destacados na nota explicativa nº 15, oportunamente também são efetuadas amortizações antecipadas não financeiras, via compensação de valores, no saldo devedor das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, através do Evento de Indenização, com fulcro no Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios, celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo. Oportunamente, também, são realizadas amortizações extraordinárias não financeiras no saldo devedor das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante a dação em pagamento de PEP Rompidos, mantidos em carteira há 12 meses ou mais. Em 23 de fevereiro de 2018, a S&P Global Ratings divulgou Relatório de Monitoramento reafirmando o rating "brAA-(sf)" às Debêntures da 3ª Emissão e o rating "brBB (sf)" às Debêntures 1ª Série da 2ª Emissão. Em AGD - Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, realizada em 26 de abril de 2017, foi deliberada a alteração do Anexo III, da Escritura da 2ª Emissão, cujo cronograma de amortização foi elevado de 60 para 78 meses, com o vencimento da última parcela de amortização em 17 de junho de 2021, cuja alteração do novo cronograma de amortização passou a produzir efeitos a partir de maio de 2017. No quadro abaixo são demonstrados o saldo devedor das Debêntures com Garantia Real e das Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, da 1ª Série da 2ª Emissão, segregado por data de vencimento, conforme os respectivos cronogramas de amortização, bem como o saldo das Despesas de Estruturação e Distribuição (Custo de Transação) a apropriar.

Carteira de Debêntures

Classificação	CPSC12		CPSC13	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Até 12 meses	39.278.163	202.573.827	127.358.563	214.505.541
Até 24 meses	20.123.280	128.675.726	95.539.950	126.330.487
Até 36 meses	89.141.236	38.483.200	35.517.708	95.539.950
Até 60 meses	53.783.981	-	-	35.517.708
Total	202.326.660	369.732.753	258.416.221	471.893.686
Custo de Transação a amortizar	(2.418.274)	(4.505.289)	(160.252)	(312.139)
Total	199.908.386	365.227.464	258.255.969	471.581.547
Curto prazo	39.278.163	202.573.827	127.358.563	214.505.541
Longo prazo	163.048.497	167.158.926	131.057.658	257.388.145

8. Outras Obrigações e Contingências: Valores Transitórios a Pagar: Referem-se a valores devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, cujos saldos em 31 de dezembro de 2017 registrava R\$ 3.739.493 (R\$ 3.392.433, em 2016).

Passivos contingentes: Não há litígio em andamento ou riscos com divulgação requerida de acordo com o CPC 25.

9. Mensuração Inicial de Ativos e Passivos Financeiros: 1ª Estruturação: A Administração da CPSEC, em face do CPC 38, que trata do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, classificou no ativo os Direitos Creditórios do PPI como Recebíveis, e na mensuração inicial do seu valor justo ("fair value") reconheceu uma redução no valor de R\$ 278.780.351. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures Subordinadas, reconheceu uma redução de R\$ 147.301.984. O valor líquido da mensuração inicial considerou também a ativação de impostos diferidos no valor de R\$ 44.702.644, resultando no reconhecimento da redução do patrimônio líquido em R\$ 86.775.722. Em virtude do resgate integral das Debêntures Subordinadas - 1ª Emissão, em 31 de outubro de 2016, mediante a dação em pagamento dos direitos creditórios de PPI rompidos e as amortizações financeiras antecipadas realizadas, a Companhia, observando as premissas adotadas na mensuração inicial, promoveu também a baixa (de forma equivalente) do ajuste a valor justo da carteira de direitos creditórios do PPI. Assim, em 31 de dezembro de 2017 em função da referida redução da carteira de Direitos Creditórios do PPI o seu ajuste a valor justo a apropriar era de R\$ 13.776.897 (R\$ 63.704.914, em 2016). Conseqüentemente, os impostos diferidos reduziram para R\$ 4.684.145 (R\$ 21.659.671, em 2016) e o ajuste a valor justo líquido a apropriar do PPI era de R\$ 9.092.752 (R\$ 42.045.244, em 2016). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi incorporado ao resultado o montante de R\$ 49.928.019 (R\$ 17.052.095, em 2016), sendo R\$ 32.952.492, líquido dos efeitos tributários (R\$ 11.254.383, em 2016), referente à realização do valor justo (mensuração inicial) no exercício. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 38 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Diretos Creditórios cedidos pelo Estado de São Paulo, em 20 de abril de 2012, com efeitos a partir de 1º de março de 2012, no valor de R\$ 2.079.840.969, os fluxos de recebíveis projetados foram descontados pela taxa de juros futuros do DI, divulgada pela BM&F, adicionada de um *spread* de 0,5% a.a.. Este *spread* foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo, que reteve substancialmente o risco de inadimplência dos respectivos Direitos Creditórios cedidos, seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures Subordinadas, inscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, no valor de R\$ 1.153.752.571, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para trazer a valor justo o contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as

Debêntures Subordinadas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Emissão de debêntures com garantia real. A aplicação da apuração do valor justo da 1ª Emissão de debêntures com garantia real, no montante de R\$ 611.447.677, foi nulo em função das taxas de emissão serem apuradas em processo de "bookbuilding" e contratadas com partes não relacionadas. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. 2ª Estruturação: A Administração da CPSEC, em face do CPC 38, que trata do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, classificou no ativo os Direitos Creditórios do PEP como Recebíveis, e na mensuração inicial do seu valor justo ("fair value") reconheceu uma redução no valor de R\$ 29.163.595. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 2ª Série da 2ª Emissão, reconheceu uma redução de R\$ 43.416.926. O valor líquido da mensuração inicial resultou no reconhecimento de um aumento do patrimônio líquido em R\$ 14.253.331, cujo valor foi registrado na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Em junho de 2016, nos termos da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, a Companhia deu início aos procedimentos periódicos de resgate das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, inscritas pelo Estado de São Paulo, mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios do PEP, decorrentes de parcelamentos do PEP Rompidos há 12 meses ou mais. Em dezembro de 2017, a Companhia promoveu um novo resgate parcial das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, inscritas pelo Estado de São Paulo, com base na nova tranche de Direitos Creditórios de PEP Rompidos, na carteira da Companhia, apta a ser objeto de dação em pagamento. Nesta ocasião, a dação em pagamento utilizando os parcelamentos de PEP Rompidos selecionados alcançou o montante de R\$ 145.158.390, sendo que o somatório das 5 dações em pagamento efetuadas até dezembro de 2017 alcançou o montante de R\$ 3.174.416.182. Considerando os saldos remanescentes de Direitos Creditórios do PEP mantidos em carteira e das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão em dezembro de 2017, e observando as premissas adotadas na mensuração inicial, a Companhia promoveu a baixa (de forma equivalente) do ajuste a valor justo da carteira de direitos creditórios do PEP. Em 31 de dezembro de 2017 o valor justo a apropriar da carteira de Direitos Creditórios do PEP era de R\$ 2.483.209 (R\$ 11.925.107, em 2016), enquanto que nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão estava em R\$ 11.410.281 (R\$ 18.487.555, em 2016), passando o ajuste a valor justo a apropriar líquido do PEP para R\$ 8.927.072 (R\$ 6.562.448, em 2016). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi incorporado ao resultado o valor de R\$ 2.364.623 (R\$ 7.622.024, negativos em 2016), referente à realização do valor justo (mensuração inicial) no exercício. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 38 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Diretos Creditórios cedidos pelo Estado de São Paulo, em 18 de dezembro de 2014, com efeitos a partir de 28 de novembro de 2014, no valor de R\$ 5.903.621.843, os fluxos futuros dos recebíveis foram descontados por uma taxa de juros anual de 12% (doze por cento), adicionada de um *spread* de 0,5% a.a.. Este *spread* foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo, que reteve substancialmente o risco de inadimplência dos respectivos Direitos Creditórios do PEP cedidos, seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 2ª Série da 2ª Emissão, inscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, no valor de R\$ 5.118.620.000, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para trazer a valor justo o contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 2ª Série da 2ª Emissão foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures. Em julho de 2015 foi concluída a 3ª Emissão de Debêntures da Companhia (ICVM 400), a qual tem como lastro os fluxos financeiros de Direitos Creditórios do PEP, tendo esta preferência no pagamento da remuneração e amortização, em relação às Debêntures da 2ª Emissão. Com os recursos provenientes desta captação a mercado, R\$ 750.000.000 foram direcionados à amortização extraordinária do saldo devedor das Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 2ª Série da 2ª Emissão, cuja movimentação também teve reflexo no valor justo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão. Não foi aplicado a apuração do valor justo das Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 1ª Série da 2ª Emissão, em função de ter sido à taxa de mercado com partes não relacionadas. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. Divulgação dos instrumentos financeiros por classe:

	31/12/2017	31/12/2016	Categoria
	Valor contábil	Valor contábil	
Ativos Financeiros			
Aplicações Financeiras	113.088.124	159.524.026	Valor justo através do resultado
Direitos Creditórios	1.784.341.136	3.001.884.741	Empréstimos e recebíveis
Passivos Financeiros			
Debêntures Mezanino			Outros passivos mensurados ao custo amortizado
(1ª Série da 2ª Emissão)	199.908.386	365.227.464	
Debêntures Quirografárias			Outros passivos mensurados ao custo amortizado
(2ª Série da 2ª Emissão)	1.104.552.728	2.078.189.855	
Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	258.255.969	471.581.547	Outros passivos mensurados ao custo amortizado

Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - "Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia classificou como nível 2 de hierarquia do valor justo na mensuração dos ativos e passivos financeiros mencionados acima.

10. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 335.000.000 em moeda corrente nacional, representado por 3.350.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. b) Lucro do Exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o lucro auferido foi de R\$ 68.295.168 (R\$ 3.012.684, em 2016), sendo que deste resultado, R\$ 35.317.116 (R\$ 3.632.359, em 2016) são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros, conforme detalhado na nota explicativa nº 9. c) Reserva legal: A Reserva Legal, no valor de R\$ 3.054.457, é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. Em 31 de maio de 2017 foram pagos aos acionistas da Companhia R\$ 97.953 referente aos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício social de 2016. Conforme Deliberação do Conselho de Administração, para fins de otimização tributária da Companhia, a partir do mês de julho de 2017 foram iniciadas as provisões de Juros sobre o Capital Próprio, com base no lucro corrente. Nos termos da legislação tributária vigente, observando o patrimônio líquido e o resultado obtido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia constituiu o montante de R\$ 18.798.768, a título de juros sobre o capital próprio, equivalente a 50% do lucro tributável, e correspondente a R\$ 5.611.572,54, por ação ordinária, cujo valor foi provisionado no passivo circulante. A Administração propôs o crédito aos acionistas dos juros sobre o capital próprio, imputado ao dividendo obrigatório (artigo 202, da Lei nº 6.404/76, artigo 9º, da Lei nº 9.249/95 e Estatuto Social), no valor de R\$ 10.659.166, o qual será efetivamente pago após a deliberação em Assembleia Geral, cuja reunião realizar-se-á em 27 de abril de 2018. O valor remanescente de R\$ 8.139.602, dos juros sobre o capital próprio provisionado, foi reclassificado para a rubrica Reserva Especial, no Patrimônio Líquido, cuja proposta da Administração será a destinação para futuro aumento do capital social da Companhia (artigo 9º, da Lei nº 9.249/95). e) Ajuste de avaliação patrimonial: O ajuste de avaliação patrimonial se refere à realização do valor justo apurado na mensuração inicial dos instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa nº 9.

11. Remuneração dos Administradores, Conselho e Empregados: A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado ("CODEC") deliberou através do parecer nº 194/2011 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o CODEC estabelece ainda uma Gratificação Anual, "pro rata temporis", no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano (13º salário). Os membros da Diretoria fazem jus a um descanso anual com características de licença remunerada pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais na forma disposta no parecer CODEC nº 200/2008.

Despesas trabalhistas e previdenciárias:

	2017	2016
Honorários da diretoria e conselho	1.017.146	1.205.887
Salários - empregados	290.721	276.432
Vale Refeição - empregados	11.551	15.039
Vale Alimentação - empregados	6.266	9.559
Férias e 13º salário - empregados	63.363	60.637
Licença remunerada	54.907	70.921
Gratificação anual	76.526	69.663
Despesa de INSS	352.915	391.612
Despesa de FGTS	88.423	109.244
Total de despesas	1.961.818	2.208.994

12. Detalhamento de Contas da Demonstração do Resultado

	2017	2016
a) Serviços Técnicos Especializados		
Auditoria Independente	307.972	287.824
CETIP	138.449	241.528
Banco Mandatário	75.819	75.223
Assessoria Contábil	117.143	123.236
Agente Fiduciário	54.267	90.531
Agência de Rating	38.823	41.295
b) Anúncios e Publicações	732.473	859.637
c) Despesas Legais e Societárias	190.595	149.223
d) Outras Receitas Operacionais	8.640	24.696
Crédito PIS a Recuperar	-	602.208
Crédito COFINS a Recuperar	-	2.410.023
	-	3.012.231
		Continua

Continuação **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC**

	2017 Dezembro	2016 Dezembro	A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabela abaixo:	
d) Outras Despesas Operacionais			31/12/2017	
Taxa CVM	58.019	45.327	Análise do Risco de Liquidez	
Sindicato	9.476	86.917	Debêntures c/ Garantia Real - 3ª Emissão	Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão
Seguros D&O	35.366	63.375	Mezanino	Outras Obrigações
Juros e Multa PIS e Cofins	-	1.464.366	0 a 3 meses	37.369.062
Outras despesas operacionais	30.132	37.114	3 a 6 meses	14.351.031
	132.993	1.697.099	6 a 12 meses	9.596.438
			1 a 3 anos	57.254.030
			3 a 5 anos	131.057.658
			Acima de 5 anos	-
			Total	258.416.221

13. Resultado Financeiro

	2017 Dezembro	2016 Dezembro
Receitas financeiras:		
Rendimento fundos investimentos	14.620.988	22.910.825
Operações Compromissadas	3.205	1.620.191
Juros Ativos - Selic	904.465	-
Descontos obtidos	6.463	5.360
Subtotal	15.535.121	24.536.376

Despesas financeiras:

	2017 Dezembro	2016 Dezembro
IOF (aplicação em fundos investimentos)	350.924	634.312
Tarifa Bancária	294	73
Multa e juros incorridos	2.654	73
Subtotal	353.872	634.458
Total do resultado financeiro	15.181.249	23.901.918

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2017 Exercício	2016 Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	89.720.801	8.826.852
(-) Exclusão Ajuste a Valor Justo	(52.292.643)	(9.430.072)
(+) Adição Despesas Indedutíveis	169.379	799.125

Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ)

	2017 Exercício	2016 Exercício
e Base Negativa (CSLL) não reconhecidos anteriormente	37.597.537	195.905
JCP Provisionado	(18.798.768)	(97.953)
Compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL)	(5.639.631)	(29.386)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.159.138	68.566
Provisão para Imposto de Renda (IRPJ) Corrente	3.265.784	10.285
Provisão para Contribuição Social (CSLL) Corrente	1.184.322	6.171
IRPJ e CSLL sobre Ajuste a Valor Justo	16.975.527	5.797.712

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentou um estoque remanescente de crédito tributário de R\$ 5.077.071, cujo montante não encontra-se registrado no ativo da Companhia, e equivale a 34% sobre a base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar, referentes aos exercícios sociais de apuração de 2013 e 2015.

15. Eventos de Indenização e Amortização das Debêntures Subordinadas e das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão:

Os Contratos de Cessão dos Direitos Creditórios do PPI e do PEP estabeleceram a obrigação do Estado de São Paulo indenizar a CPSEC no caso de extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios ou na hipótese do recebimento direto pelo Estado dos Direitos Creditórios cedidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram realizados eventos de indenização entre o Estado de São Paulo e a Companhia, no montante total de R\$ 108.318.290, sendo R\$ 101.464.041, concernentes às hipóteses de indenizações previstas no Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios do PEP e R\$ 6.854.249, do PPI. Os ajustes foram favoráveis à Companhia, permitindo, assim, a compensação dos respectivos valores apurados para a redução do saldo devedor das debêntures da 2ª série da 2ª emissão. As amortizações financeiras antecipadas das debêntures da 2ª série da 2ª emissão, efetuadas no exercício social de 2017, com as disponibilidades mensais de caixa da Companhia, alcançaram o montante de R\$ 282.873.285 (R\$ 54.374.219, em 2016). Com o evento do resgate integral das debêntures subordinadas em 31 de outubro de 2016, mencionado na nota explicativa nº 1, os fluxos excedentes oriundos da arrecadação dos direitos creditórios do PPI passaram a ser alocados na amortização financeira antecipada das debêntures da 2ª série da 2ª emissão. Informamos, ainda, em relação às debêntures 2ª série da 2ª emissão, que nos meses de junho, setembro e dezembro de 2017, foram realizadas amortizações extraordinárias, compensando o montante de R\$ 793.653.392, mediante a dação em pagamento dos direitos creditórios de PEP rompidos até dezembro de 2016.

16. Operações com Partes Relacionadas: **Controlador:** O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PPI (1ª Estruturação), no montante de R\$ 2.079.840.969, de 1º de março de 2012, bem como o Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PEP no montante de R\$ 5.903.621.843 (2ª Estruturação), de 28 de novembro de 2014, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, foram firmados com o Estado de São Paulo, seu acionista controlador. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as transações existentes com partes relacionadas são:

Notas	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Estado de São Paulo				
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	9.401.698	501.853	9.718.366	6.994.402
Direitos Creditórios - PEP Rompidos	243.891.335	46.720.223	715.671.329	217.682.590
- Debêntures Subordinadas (1ª Emissão)	1 e 7	-	-	(13.833.957)
- Debêntures Quirografárias (2ª Série da 2ª Emissão)	1 e 7	(1.115.963.009)	204.130.566	(2.096.677.410)
- Valores Transitórios a pagar	8	(3.739.493)	-	(3.392.433)
- Receitas de Indenização	15	-	108.318.290	-
				116.354.246

Em 2 de janeiro de 2017, o Sr. Rogério Mario Pedace tomou posse como novo Diretor de Gestão Corporativa da Companhia, em substituição ao Sr. Arno Meyer, tendo seu mandato unificado com os demais diretores. Em 11 de janeiro de 2017, o Sr. Rogério Ceron de Oliveira tomou posse como novo membro e presidente do Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao Sr. Renato Augusto Zagallo Vilella dos Santos. Em 6 de junho de 2017, o Sr. Rogério Mario Pedace renunciou ao cargo de Diretor de Gestão Corporativa, estando esta posição em vacância até a eleição de novo membro pelo Conselho de Administração da Companhia. A Companhia é administrada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, órgão este de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia.

17. Gerenciamento de Riscos: **Visão geral:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir: os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. As Debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizaram a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos.

Natureza do risco associado	31/12/2017	31/12/2016	
	Saldo exposto ao risco	Saldo exposto ao risco	
Ativos expostos a risco			
Caixa e Bancos	Mercado, liquidez e crédito	1.040.700	31.624
Aplicações Financeiras	Mercado, liquidez e crédito	113.088.124	159.524.026
Direitos Creditórios *	Mercado, crédito, liquidez e operacional	1.547.308.209	2.352.125.067
Passivos expostos a risco			
Debêntures **	Liquidez, mercado e operacional	1.323.412.858	2.212.914.154

* Excluído o saldo exposto a risco, dos direitos creditórios rompidos, passíveis de utilização para amortização/pagamento de debêntures; ** Saldo das debêntures, líquido dos direitos creditórios rompidos.

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é acompanhado mensalmente para direcionar as estratégias voltadas a novas operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade da Companhia incorrer em perdas no recebimento dos direitos creditórios. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a aplicação somente em instituições financeiras de primeira linha. **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é mitigado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, do saldo dos títulos emitidos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONTADOR
Rogério Ceron de Oliveira	Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente	Renato Vieira Pita
Guilherme Luis da Silva Tambellini	Max Freddy Frauendorf - Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores	
Jorge Luiz Avila da Silva	Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor de Gestão Corporativa	CRC nº 1SP215.876/O-8 - CPF: 280.830.348-35

Continua

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC		
PARECER DO CONSELHO FISCAL		
O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2018, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.		
Rosilene Aparecida Cheron Gentile	São Paulo, 27 de março de 2018 Anna Carolina Machado	Marcelo Luís Saleme Lellis

DECLARAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 3º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos VI, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.		
Max Freddy Frauendorf Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores	São Paulo, 27 de março de 2018 Jorge Luiz Avila da Silva Diretor de Gestão Corporativa	Jorge Luiz Avila da Silva Diretor Presidente

DECLARAÇÃO SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES		
Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 3º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos V, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 27 de março de 2018, relativamente às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.		
Max Freddy Frauendorf Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores	São Paulo, 27 de março de 2018 Jorge Luiz Avila da Silva Diretor de Gestão Corporativa	Jorge Luiz Avila da Silva Diretor Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Paulista de Securitização

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com Partes Relacionadas

Conforme mencionado nas notas 1 e 16, as operações da Companhia são substancialmente realizadas junto ao Estado de São Paulo, seu acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como a nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Carteira de direitos creditórios (Notas 5 e 9) A Companhia possui direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo. Tais ativos são originários de créditos tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais do PPI (Programa de Parcelamento de Incentivado do ICMS/SP) e do PEP (Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP), os quais foram adquiridos por meio de emissão de debêntures lastreadas nos referidos direitos creditórios, sendo o cedente das operações o próprio detentor das debêntures subordinadas (Notas 1 e 5). A Administração da Companhia classificou tais direitos creditórios na categoria de "empréstimos e recebíveis" e, portanto, a mensuração é realizada pelo custo amortizado (Nota 3b). A cada data de apresentação das informações financeiras, a Companhia avalia as evidências objetivas de redução ao valor recuperável dos direitos creditórios e caso ocorra evento de perda os referidos direitos creditórios são transferidos para a categoria de "créditos rompidos" e imediatamente utilizados na forma de dação em pagamento para amortização antecipada das debêntures subordinadas junto ao Estado de São Paulo (Nota 3c). A existência e valor recuperável dos direitos creditórios continuam sendo importantes em nossa auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e do volume de operações.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos processos de autorização, processamento, registro e baixa das operações. Confrontamos os valores das bases analíticas com os correspondentes saldos dos registros contábeis dos direitos creditórios. Realizamos teste para uma amostra de direitos creditórios, a fim de analisar a existência (lastro do ativo), valor correto e integridade com a documentação da operação bem como realizamos inspeção das amortizações de parcelas nos extratos bancários. Adicionalmente, recalculamos o valor contábil dos direitos creditórios de acordo com seus respectivos prazos e taxas efetivas. Analisamos em base amostral a documentação relativa aos termos de dação em pagamento dos créditos rompidos utilizados para a amortização antecipada das debêntures subordinadas. Analisamos a consistência das informações divulgadas nas notas explicativas com as obtidas em nossa auditoria. Consideramos que os resultados dos nossos procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada de auditoria, no contexto de relevância das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2018



pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador
CRC 1SP197007/O-2

Polaris Investimento e Incorporação Imobiliária S.A.				
CNPJ: 07.467.887/0001-71				
Demonstrações Financeiras				
Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, da Polaris Investimento e Incorporação Imobiliária S.A.				
Balanço Patrimonial - (Em Reais)		Demonstração dos Fluxos de Caixa 31/12/2017 - (Em Reais)		
Descrição	2017	2016	2017	2016
Ativo	26.453.955,31	26.127.504,20		
Ativo Circulante	26.453.955,31	26.127.504,20		
Caixa e Equivalentes de Caixa	319,07	365,21		
Estoque de Imóveis	26.443.636,24	26.127.138,99		
Adiantamentos	10.000,00	-		
Ativo não Circulante	-	-		
Descrição	2017	2016		
Passivo	26.453.955,31	26.127.504,20		
Passivo Circulante	2.568.477,64	3.419.627,16		
Terenistas a Pagar	2.401.652,02	2.325.204,95		
Obrigações Sociais a Recolher	152,65	152,65		
Obrigações Tributárias a Recolher	3.431,97	614,56		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	163.241,00	1.093.655,00		
Passivo não Circulante	11,46	-		
Rendimentos não Realizado	11,46	-		
Patrimônio Líquido	23.885.466,21	22.707.877,04		
Capital Realizado	24.775.274,00	23.560.000,00		
Resultados Acumulados	(852.122,96)	(655.774,58)		
(-) Prejuízo do Exercício	(37.684,83)	(196.348,38)		
Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 26.453.955,31 (vinte e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos).				
		Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras em 31/12/2017		
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da lei nº 6.404/76, atualizados pela lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09. SP, 31/12/17.				
Demonstração do Resultado do Exercício 31/12/2017 - (Em Reais)				
Descrição	2017	2016		
Lucro Operacional Bruto				
Despesas Operacionais	(36.761,94)	(195.007,01)		
Despesas com Pessoal	-	(98.370,91)		
Despesas Administrativas	(32.065,38)	(96.042,64)		
Despesas Comerciais	(4.603,03)	-		
Despesas Tributárias	(93,53)	(593,46)		
Resultado Financeiro	(922,61)	(1.328,01)		
Receitas Financeiras	1,19	55,64		
Despesas Financeiras	(923,80)	(1.383,65)		
Resultado não Operacional	(0,28)	(13,36)		
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro	(0,10)	(5,00)		
Provisão para Imposto de Renda	(0,18)	(8,36)		
Resultado Líquido do Exercício	(37.684,83)	(196.348,38)		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)				
31/12/2017 - (Em Reais)				
	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total	
Saldos em 31/12/2015	23.560.000,00	(655.774,58)	22.904.225,42	
Prejuízo do Exercício	-	(196.348,38)	(196.348,38)	
Saldos em 31/12/2016	23.560.000,00	(852.122,96)	22.707.877,04	
Aumento de Capital Social	1.215.274,00	-	1.215.274,00	
Prejuízo do Exercício	-	(37.684,83)	(37.684,83)	
Saldos em 31/12/2017	24.775.274,00	(889.807,79)	23.885.466,21	
Silvio Sandoval Filho - Diretor - CPF 598.363.188-87				
Daniel Calderon - CT CRC 1SP229104/O-2.				